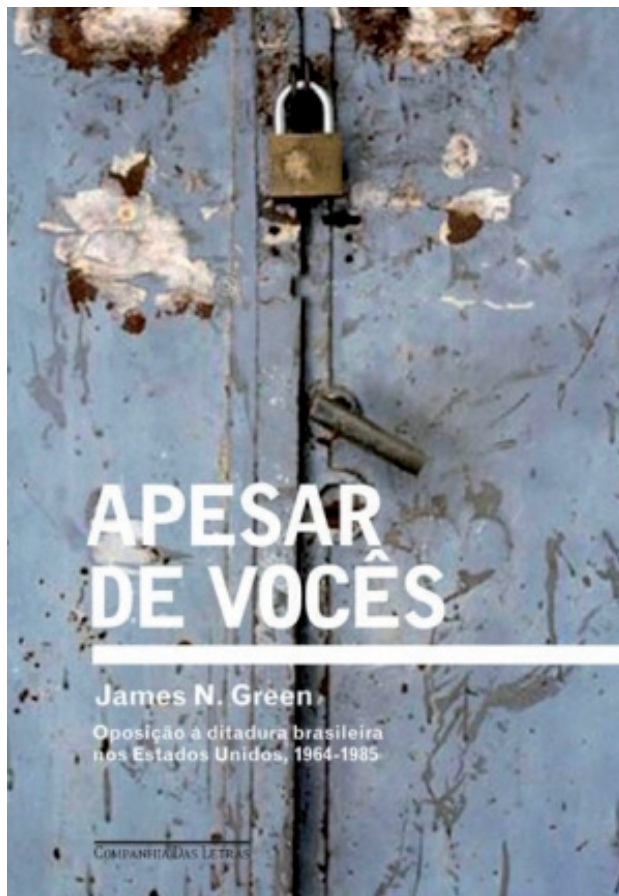


Apesar de vocês: *outras histórias, outras resistências*



Alexandre de Sá Avelar

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Co-autor (ao lado de Benito Bisso Schmidt) de *Grafia de vida*. São Paulo: Letra e Voz (no prelo). alexandre.avelar@uol.com.br

Apesar de vocês: outras histórias, outras resistências
Alexandre de Sá Avelar

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 582p.



A crise e desagregação dos regimes autoritários na América Latina se fizeram acompanhar do surgimento de um expressivo conjunto de memórias de opositores que dedicaram uma parcela expressiva de suas vidas à luta contra as ditaduras que varreram o continente ao longo de mais de duas décadas. Memórias mais do que subterrâneas¹, visavam instaurar, nas reconstruções democráticas, a necessidade de não esquecer, de legar registros, para as gerações vindouras, das atrocidades do Estado contra cidadãos comuns. Dimensão obviamente política, mas que não escondia também um pendor historiográfico: as vítimas do terror estatal deveriam ser definitivamente incluídas na história e os seus testemunhos indispensáveis para a construção de uma nova era de direitos. Era ainda, segundo Beatriz Sarlo, “uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência do Estado”.²

No caso brasileiro, essas memórias foram majoritariamente escritas por militantes da guerrilha de esquerda, numa mescla entre exaltações de auto-heroísmo e acertos de contas com um passado de crenças utópicas. A resistência não armada compõe um diversificado conjunto de atores, estratégias e iniciativas ainda pouco visitado pela historiografia. *Apesar de vocês*, o livro mais recente de James Green, demarca um notável esforço para preencher, pelo menos em parte, essa lacuna, ao reconstruir uma multifacetada rede — constituída nos Estados Unidos para lutar contra a ditadura brasileira — formada por exilados políticos brasileiros, religiosos e intelectuais norte-americanos e diversos outros indivíduos sensibilizados pela causa dos direitos humanos no hemisfério sul.

Apesar de vocês nasceu, segundo o próprio James Green, da intenção de desfazer um estereótipo já tornado clássico, mesmo entre estudiosos e historiadores brasileiros: o de que os Estados Unidos foram aliados incondicionais da ditadura brasileira desde os primeiros momentos até o seu ocaso. Ao longo do livro, Green vai habilmente desmontando essa tese. Inicialmente, demonstrando que, mesmo na esfera governamental, o apoio aos militares no Brasil não se deu sem reservas ou temores de que a ligação com um regime claramente violador dos direitos humanos pudesse produzir abalos junto à opinião pública internacional e arrancar a imagem norte-americana perante o mundo. Ficamos sabendo, por exemplo, que, por ocasião do AI-5, o Departamento de Estado considerou a possibilidade de

¹ Ver a noção de “memórias subterrâneas” em POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 45.

suspender um pacote de ajuda econômica — já aprovado — de 143 milhões de dólares em virtude dos acontecimentos que “trazem problemas quanto à liberdade individual”, nas palavras do porta-voz da Casa Branca, Robert McCloskey.³ Mesmo que essa ameaça não tivesse sido acompanhada de declarações públicas mais incisivas contra os rumos que a situação política ia tomando no Brasil, ela, ao menos, sinalizava que o apoio norte-americano aos militares não se dava sem divergências e variações, especialmente num momento em que uma parcela importante da imprensa dos Estados Unidos já acusava abertamente o regime brasileiro de ser uma ditadura.⁴

Mas é, sobretudo, ao narrar as iniciativas de oposição, em território norte-americano, às ações repressivas dos militares brasileiros que o belo livro de Green se constitui em uma contribuição decisiva para a historiografia das relações entre Brasil e Estados Unidos durante os chamados anos de chumbo. Iniciativas levadas a cabo por pessoas que, em outras circunstâncias, talvez nunca tivessem se encontrado, mas que se ofereciam generosamente para realizar palestras, organizar abaixo-assinados, produzir peças teatrais, redigir relatórios contra a tortura, ou seja, ações que, de alguma forma, pudessem sensibilizar a opinião pública norte-americana para a violação dos direitos humanos praticada de forma sistemática no Brasil. Como num palco, Green vai colocando seus personagens em cena: alguns, quase anônimos; outros, um pouco mais conhecidos de um público mais intelectualizado; e, ainda, aqueles com já notória presença nos campos político e religioso. Indivíduos que procuraram organizar, especialmente a partir de 1969, um conjunto de manifestações de denúncia contra o regime militar brasileiro que, até então, beneficiava-se da opinião pública dos EUA, para quem o golpe contra João Goulart havia significado o fim da ameaça comunista que pairava sobre o Brasil desde a vitória cubana, em 1959. Isso explicava o silêncio — ou mesmo desconhecimento — das arbitrariedades cometidas pelos militares brasileiros logo após a tomada do poder, com a prisão e tortura de líderes oposicionistas. Contudo, em meados da década de setenta, graças aos esforços desses ativistas, o público norte-americano passou a ter uma visão mais ampliada dos acontecimentos na América Latina, passando a associar, de forma crescente, os governos da região às sistemáticas denúncias de prisões, assassinatos, torturas e exílios. Os ativistas brasileiros entrevistados por Green, segundo as palavras do historiador norte-americano, foram capazes de perceber seus aliados do norte como humanistas “que desejavam reagir às atrocidades cometidas no Brasil”.⁵ *Apesar de vocês* deslinda, desse modo, o senso comum que produziu tantas análises superficiais e unilaterais a respeito da natureza das relações entre Brasil e Estados Unidos ao longo do nosso regime de exceção.

A tortura, como elemento que plasmou as iniciativas estudadas por Green, ocupa a maior parte do livro. Um dos grandes protagonistas das denúncias de violação dos direitos humanos no Brasil foi o jornalista e deputado Márcio Moreira Alves. Cassado e exilado com a implantação do AI-5, dedicou-se, a partir do Chile, a enviar notícias para os Estados Unidos e a Europa a respeito da violência sistemática praticada pelo governo brasileiro contra presos políticos,

³ *Apud* GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.144.

⁴ Várias foram as declarações, nesse sentido, por parte de jornais importantes dos Estados Unidos. Logo após o AI-5, o *Washington Post* recomendava ao governo Nixon que se distanciasse do regime brasileiro. O *New York Times* denunciava que os “os líderes militares brasileiros descartaram o governo constitucional e impuseram uma ditadura ao país”. Já o *Christian Science Monitor* lamentava que o governo Costa e Silva tivesse instalado “algo que parecia ser uma total ditadura militar”. Os jornalistas norte-americanos passaram a reclamar, de forma sistemática, junto à embaixada no Brasil, a respeito das censuras impostas pelo governo brasileiro sobre as comunicações telefônicas, especialmente quando as palavras “prisões” e “ditadura” eram mencionadas. É igualmente importante perceber como o governo brasileiro reagiu a essas matérias, tentando, inclusive, influir diretamente nas publicações da imprensa norte-americana. Ver: GREEN, James N. *op.cit.*, p.146-47.

⁵ *Idem, ibidem*, p.484.

⁶ Apud GREEN, James N. *op.cit.*, p.222.

⁷ GREEN, James N. *op.cit.*, p.223.

especialmente a partir de 1968. A difusão dessas denúncias pelo exterior contava ainda com a colaboração de religiosos progressistas e funcionários do Itamaraty, além de intelectuais conhecidos, como Mário Pedrosa. Os resultados, ainda que modestos, serviram para que uma parte da opinião pública estrangeira, especialmente norte-americana, divulgasse o que ocorria nos porões das delegacias e quartéis do Brasil. Não se tratava de uma rede organizada de levantamento e propagação de informações. As iniciativas eram descentralizadas e carregavam riscos iminentes aos que delas participavam. Green menciona que um grande relatório organizado pelo ativista estudantil Antonio Rangel Bandeira, a partir de depoimentos de presos torturados, tinha um conteúdo tão forte e assustador que muitos militantes ficaram receosos a respeito das consequências de sua difusão, temendo que o poder do aparelho repressivo do Estado se voltasse contra eles. O medo era, naturalmente, um componente dessas iniciativas que, ademais, não reivindicavam para si quaisquer lóureas heroicas.

O engajamento de religiosos brasileiros e estrangeiros foi decisivo para que os relatos sobre a tortura praticada pelo regime militar chegassem a importantes figuras públicas. O importante historiador — e também jesuíta — Michel de Certeau assinou o prefácio de um alentado relatório preparado pela Juventude Estudantil Cristã, de Paris, no ano de 1969. O documento, com substancial quantidade de relatos de tortura e assassinatos no Brasil, conclamava a Igreja Católica a reafirmar seu comprometimento com a justiça e denunciar o governo brasileiro sob o risco de se “juntar aos matadores”.⁶ Nas seções que compunham o levantamento, despontavam histórias de perseguição, prisões e torturas contra camponeses, estudantes, religiosos e leigos desde dezembro de 1968. Três documentos assinados por Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, informavam sobre a crescente onda de violência que se abatia sobre padres e freiras, vitimados pela rede repressiva do regime. Após a publicação na revista francesa *Croissance de Jeunes Nations*, sob o título de *Livre noir: Terreur et torture au Brésil* [Livro negro: Terror e tortura no Brasil], o relato chegou às mãos do Papa Paulo VI que, de imediato, convocou uma reunião com Dom Hélder, informando-o sobre as preocupações do Vaticano com os rumos da vida política brasileira e, em especial, com os acontecimentos envolvendo violência contra civis. Em pronunciamento de março de 1970, o pontífice falava em “intervenção por dever moral” em favor de prisioneiros políticos na América Latina. Para Green, a partir de então, “o fosso que se abriu entre os bispos brasileiros e o governo a respeito da questão dos direitos humanos passara ao domínio público e à esfera internacional”.⁷

Nos Estados Unidos, as ações de denúncia chegaram a alcançar uma fisionomia legal e pública. Por iniciativa do brasilianista Ralph Della Cava, de Bill Wipfler e de Brady Tyson — os dois últimos importantes lideranças protestantes —, foi criado, em fevereiro de 1970, o *American Committee for Information on Brazil*. Com material vindo do Brasil, o grupo organizou um documento de dezoito páginas, com uma reconstrução cronológica do regime militar desde 1964 e declarações de prisioneiros políticos. A força do texto estava

nos relatos de torturas sofridas por mulheres presas na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Era realçada ainda a crescente oposição da Igreja Católica aos atos do governo Médici. *Terror in Brazil: a dossier* finalizava com uma forte conclamação: “Não podemos continuar em silêncio. [...] Se o fizéssemos, seríamos cúmplices dos autores e perpetradores dessa repressão”.⁸ O dossiê contou com a assinatura de outras figuras importantes da vida religiosa norte-americana e de intelectuais que se consagraram pelos seus estudos sobre a América Latina e o Brasil, casos de Richard Morse, Charles Wagley, Stanely Stein e Thomas Skidmore.

As iniciativas não parecem ter sido em vão. Em fevereiro de 1970, o *Washington Post* publicou um editorial em que explicitava as denúncias de tortura praticadas pelo aparato repressivo dirigido por Médici, chamado de “general bronco”, fato que provocou fortes reações do governo brasileiro. Em abril, o senador Edward Kennedy pronunciou um contundente discurso contra a política externa norte-americana para a América Latina, criticando o apoio de Washington ao regime brasileiro, já conhecido por suas sistemáticas práticas de violações dos direitos humanos. No mesmo mês, o *New York Times* seguiu a onda de denúncias e publicou um editorial intitulado “Brasil: Terror e tortura”. Revistas, entre elas a *Time*, se juntavam ao coro daqueles que relatavam a existência da tortura. Em todos esses casos, parte importante do material produzido pelo Comitê foi utilizado. Green reconstrói então o complexo jogo de declarações do Departamento de Estado e de representantes do governo brasileiro. O que elas demonstram, sobretudo, é que as constantes campanhas de exposição dos relatos de violência praticada contra civis no Brasil haviam conseguido mobilizar a opinião pública norte-americana em algum grau e colocado os militares brasileiros na defensiva.

Algumas das iniciativas estudadas por Green são, sem dúvida, surpreendentes, como, por exemplo, a assinatura de Lincoln Gordon, ex-embaixador norte-americano que trabalhara diligentemente a favor da derrubada de João Goulart, em um manifesto de intelectuais norte-americanos dirigido ao governo brasileiro, no ano de 1969, em repúdio às medidas tomadas contra professores universitários logo após o AI-5. É legítimo nos indagarmos sobre o alcance efetivo dessas medidas para a derrubada do regime militar. Entretanto, não há dúvidas de que elas foram importantes para que o regime militar fosse cada vez mais conhecido no exterior por sua face violenta e antidemocrática. O efeito cumulativo não tardou. As denúncias alcançaram a tribuna da OEA e do Congresso dos Estados Unidos, apesar das sucessivas negativas do governo Médici em relação à prática de tortura e de violações dos direitos humanos.

Outras campanhas — ainda menos conhecidas — compõem aqui o que Carlos Fico chamou de “redes que constituíram, nos Estados Unidos, a resistência democrática à ditadura militar”.⁹ *Apesar de vocês* apresenta um levantamento de fôlego sobre um conjunto diversificado de ações que uniram homens e mulheres em torno da denúncia das arbitrariedades e violências praticadas pelo regime militar brasileiro. Green, em uma indisfarçável identificação com os sujeitos que investigou, realça a força da anulação pessoal que

⁸ *Idem, ibidem*, p.225.

⁹ FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James. *op.cit.*, p.13.

esses indivíduos tiveram em prol do dever maior que era tornar conhecidas as violações aos direitos humanos que ocorriam no Brasil. Nenhum deles, lembra Green, se beneficiou política ou materialmente da militância passada. Mais do que estratégias políticas eficazes de combate à ditadura, essas pessoas investiam seus atos de um imperativo moral, o de não se tornar cúmplices, pela omissão, da barbárie que denunciavam.

A narrativa de Green faz convergir explicações conjunturais de maior amplitude — usadas também para esclarecer um público norte-americano pouco familiarizado com os grandes movimentos da vida política brasileira da segunda metade do século XX — com relatos de experiências individuais que foram indelevelmente marcadas pela ditadura. A decisão de cerrar esforços contra os militares brasileiros provinha, em vários casos, de vivências traumáticas: prisões, torturas, exílios. Em conjunto, esses militantes não se contavam para além de algumas poucas dezenas. Mesmo em número reduzido, entretanto, foram capazes de mobilizar outras diversas iniciativas, nos Estados Unidos, de denúncia das atividades criminosas dos governos militares brasileiros. Foram importantes ainda, como destaca Green, em dois outros aspectos: “criaram de maneira direta a forma de outros ativistas norte-americanos organizarem o apoio ou a solidariedade aos movimentos políticos na América Latina nos anos subsequentes”¹⁰ e conseguiram influenciar a reorientação da política externa dos Estados Unidos para a região, com uma clara guinada em prol dos direitos humanos sob a administração Carter.

A vivacidade do texto de Green torna inevitável a percepção de que o seu destino pessoal estava ligado ao de vários dos homens e mulheres que estudou. Com efeito, o autor de *Apesar de vocês* também se integrou às campanhas descentralizadas de denúncia da ditadura brasileira. Green recorda que, na década de 70, estivera na organização de um grupo de estudos, sediado na Filadélfia, sobre a América Latina. Em 1973, recolhera assinaturas para um abaixo-assinado a favor da libertação do líder camponês Manoel da Conceição, que estava preso. Seu profundo envolvimento com o Brasil fez com que conhecesse pessoalmente os irmãos Marcos e Marta Arruda, personagens do livro. O tom acentuadamente pessoal imprime, portanto, uma marca peculiar ao livro: ele é tanto o relato de ações que ajudaram a formatar uma modalidade de resistência não armada ao regime militar quanto a narração de belas histórias de indivíduos que, em ações tão revestidas de simplicidade como uma palestra, um abaixo-assinado ou uma peça teatral, se envolveram dedicadamente em torno de uma causa, ainda tão incompreendida nos dias de hoje: a defesa incondicional dos direitos humanos.



Resenha recebida em outubro de 2011. Aprovada em novembro de 2011.